

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA SUL-RIO-GRANDENSE

CONSELHO SUPERIOR

Reunião ordinária de 13 de outubro de 2025

Ata 10/2025

Em 10 de outubro de 2025, o Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense reuniu-se ordinariamente, sob a presidência do Professor Carlos Jesus Anghinoni Correa. Presentes os conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas Adriane Loy Gabriel, Amanda Pereira, Ana Maria Geller, Angélica Corvello Schwalbe, Carolina Mendonça Fernandes de Barros, Cecília Oliveira Boanova, Celso Henrique Garcia Vieira, Claus de Rosso Bolzan, Cristian Mutt, Cristina Zanella Rodrigues, Daniel Pezzi da Cunha, Daniel Wolter Martell, Daniele Lisboa da Silva, Denise Machado Pinto, Diego de Abreu Porcellis, Diego Zurawiski Saldanha, Eleno Gustavo Beduhn Konsgen, Eliane Alves, Ericka Vargas, Fabian Eduardo Debenedetti Carbajal, Fábio Roberto Moraes Lemes, Fabíola Mattos Pereira, Felix Afonso de Afonso, Fernanda Cristina Camillo, Fernando Abrahão Afonso, Francisco Carlos Gonçalves Brongar, Grazielle Fagundes Rosales, Henrique Ziglia Maia, Itamar Luis Hammes, Jan Motta de Mello, Jéssica Etcheverria do Prado Hartwig, João Mario Lopes Brezolin, José Vitor Muller da Silva, Lia Joan Nelson Pachalski, Leonardo Campos Soares, Lucas Vanini, Marcelo Bender Machado, Marcelo Peske Hartwig, Marcos André Betemps Vaz da Silva, Marcos Roberto Prietto Schvants, Maristani Gampert Spannenberg, Mauro André Barbosa Cunha, Mauro Bacci Giusti, Michele Roos Marchesan, Michelly Nonnenmacher, Miguel Ângelo Pereira Dinis, Moisés Beck, Mônica Nunes Neves, Osni da Costa Rodrigues, Paulo Henrique Asconavieta da Silva, Pedro Luis Bigliardi Vieira, Rafael Krolow Santos Silva, Ramão Correa, Ramiro Luiz Rosa Godinho, Richard Silva Martins, Rodrigo Dias, Silvana Souza Ocano, Tamara Francisca Baggio, Vagner Euzébio Bastos, Valter Lenine Fernandes, Vanessa Fontoura, William Kelbert Nitschke. Justificaram a não participação Alessandra dos Santos Paim, Álvaro Luiz Carvalho Nebel, Ivan Fabrício Braum Einhardt, Salvador Mandagará Martins. Intérprete Mônica. Dando início à reunião, o presidente falou sobre o convite para o almoço comemorativo ao aniversário do Câmpus Pelotas-Visconde da Graça. Mencionou os desafios enfrentados nos 100 dias da gestão; a circulação nas unidades e a presença na Semana da EPT, em Brasília. Com a SETEC foram tratados assuntos referentes aos novos câmpus em Rosário e Triunfo e à consolidação do Câmpus São Leopoldo; busca de recursos para fechar o ano da assistência estudantil; busca de parceria com a CONAB; possibilidade de produção de alimentos nos câmpus agrícolas. Reunião com a Empresa Brasileira de Comunicação (EBC); em breve, transmissão de sinal no IFSul através de televisão e rádio, discutindo em quais câmpus será. Sobre os jogos nacionais, disse ter havido duas reuniões no Conif; que os reitores estão divididos quanto à participação; que a etapa nacional ainda não está definida, uma vez que o MEC disponibilizou apenas R\$1.500.000,00, valor muito aquém do necessário, apenas para alojamento. Deslocamento e alimentação serão responsabilidade dos institutos participantes. Até próxima semana, reunião do CONIF para encaminhar o tema. Destacou não ser contrário aos jogos, valoriza muito por serem importantes dentro de uma formação cidadã. Propôs a **ALTERAÇÃO DO RITO DO CONSUP**, principalmente no que se refere à votação de processos e projetos, com a criação de fóruns para análise dos documentos. Estes seriam encaminhados ao reitor para os fóruns, que teriam um relator responsável pela sua apresentação no Consup, após avaliado

pelos respectivos fóruns. Propôs a criação de comissão para criar o rito de avaliação e encaminhamento das pautas, de modo que haja mais clareza e transparência para os conselheiros fazerem a apreciação no Consup. Gostaria que o Diretor de Desenvolvimento Institucional, Mauro Cunha, participasse da comissão (colaborando com os documentos), que deverá ter representantes dos diversos segmentos. Inscreveram-se os conselheiros docentes Felix Afonso, Marcelo Hartwig; técnico-administrativo Raul Mello Filho; discente Jéssica Hartwig; Colégio de Dirigentes Fábio Lemes; sindicato encaminhará nome depois de finda a transição de diretoria. Vice-reitora esclareceu que seria a criação de grupos de relatorias para encaminhar os assuntos e trabalhar junto às comunidades locais. Conselheiro Osni Rodrigues salientou que o regulamento já dispõe que o Conselho pode instituir comissões para estudar as matérias submetidas a ele. Diretor Mauro Cunha esclareceu que o conselheiro gostaria de formalizar, de maneira que os fóruns já ficassem instituídos por áreas, desde o início do ano. Também revisar o regulamento do Conselho. Conselheira Cristina Rodrigues destacou que a comissão também deverá criar regulamentação dos fóruns para ser aprovada no próximo Consup. Havendo necessidade de alterar o regulamento do Conselho em decorrência das propostas da comissão, deverá também ser submetido ao Conselho. O presidente da comissão deverá ser um dos conselheiros. Pró-reitor Claus Bolzan relatou que, em Brasília, teve agenda com vários órgãos e que o foco principal foi buscar suplementação orçamentária (déficit R\$1.500.000,00), também suplementação para os jogos nacionais e complementação do recurso para a Assistência Estudantil, conseguindo R\$500.000,00, ainda insuficientes. Mencionou a criação de grupo de trabalho para criar metodologia de distribuição do orçamento. Destacou o trabalho nas obras dos refeitórios e a necessidade de equipamentos para início das atividades dos novos câmpus. Vai encaminhar ofício com demandas a serem incluídas no Programa de Aceleração de Crescimento – PAC. Explicou que o MEC só emite portaria de funcionamento de câmpus após fazer vistoria técnica. Presidente explicou que deputados querem propor regramento para que o recurso para AE já faça parte da LOA de 2026. PL 2096 está discutindo a vinculação da AE no Congresso. Solicitou também orçamento para AEE. Sugeriu aos participantes contatar políticos das respectivas regiões, pedindo que ajudem nessas demandas. Pró-reitora Fabíola Pereira ratificou a necessidade de recursos para os auxílios da AE. Explicou que ainda não foram atendidos os ingressantes de 2025/1 e não foi aberto edital 2025/2. Foi constituída comissão para construir a política alimentar institucional, coordenada pela Proen, em parceria com os câmpus. Explicou que Proen está trabalhando na atualização dos PPCs, discutindo DCNs, rediscutindo Organização Didática, preparando Mostra de Produção em Novo Hamburgo (depende de recursos) e retomando a discussão do acervo acadêmico digital. Presidente informou sobre reunião a ser realizada com a coordenadora do ENADE, para discutir o binacional. Vice-reitora Lia Pachalski informou que a Portaria 2463/2025 instituiu o Comitê de Eventos Climáticos, objetivando criar protocolo para atuar em eventos climáticos de níveis 1, 2 e 3. Será feita parceria com comitê da UFPel e depois estendida para outras instituições. Serão tratados também protocolos de emergência para situações que fogem do cotidiano, incluindo saúde mental dos alunos. Salientou, para os participantes da portaria, que haverá reunião na próxima semana. Pró-reitor Ramão Correa parabenizou estudantes e professores orientadores pela participação na 5ª Semana EPT. em Brasília, falou sobre coordenador geral de gestão de pessoas da Setec, quando apresentou planejamento estratégico da Progep, baseado em documento do TCU; apresentou também os desafios da gestão de pessoas. Foi ressaltado pelo coordenador o Pró-gestores, programa de formação com vários módulos; destacou a importância da participação massiva. Sobre cargos, códigos e funções, lembrou que o banco docente aumentou (50 vagas), mas ainda não há os respectivos códigos dessas vagas, o que deverá acontecer até início de novembro, mesma previsão para as FCCs. Novas vagas de TAEs dependem de articulação política e não houve posicionamento assertivo. Pró-reitor Marcelo Bender falou sobre a 5ª Semana EPT. Explicou que, devido não haver tempo hábil para abrir edital, solicitou aos diretores o encaminhamento de projetos. Havendo limitação para projetos e pessoas, Reitoria entrou com recursos permitindo a participação de um aluno de cada um dos

doze câmpus que enviaram projetos. Pró-reitor também fez contatos políticos; realizou reuniões com diretoria da SETEC, relacionadas à inovação para tratar de políticas que queremos desenvolver e outras pautas, como potencialidades para pesquisa, pós-graduação *stricto sensu*. Recurso para pesquisa foi empregado para garantir as bolsas anteriores. Próximo edital será executado em 2026. Está trabalhando no edital FINEP, referente à manutenção de equipamentos para pesquisa. Aconteceu também a 1ª CAMPIP, reunião dos representantes de pesquisa, em que houve avaliação de cenário e possibilidades para futuro. Pró-reitora Carolina Barros falou sobre o PartiuIF. Explicou que o IFSul herdou passivo, referente a atraso de bolsas, já regularizado. Verificada a necessidade de organizar muitas coisas, a opção foi passar a gerência do programa para o IFRS. Pagamentos serão efetuados pela Fundação da Escola de Engenharia da URGs. Informou a troca da gestão da FAIFSul, que está em transição, e terá como presidente o servidor Daniel Espírito Santo; salientou que continuamos participando da ação com turmas normais em 2026. Proex continua atendendo as demandas do PartiuIF dentro da nossa instituição. Esclareceu a criação de um ponto focal da instituição com a FAIFSul, na figura do Diretor Executivo Paulo Henrique Asconavieta. Solicitou que seja informado aos responsáveis pelos programas nos câmpus que toda comunicação deve ser feita diretamente com a instituição, evitando atravessamentos. Presidente destacou o trabalho apresentado pela PROGEP em Brasília e citou o treinamento com gestores a ser realizado pelo CONIF e SETEC/MEC, na próxima semana. O presidente levou à apreciação as **ATAS 08 E 09, aprovadas**, com uma abstenção, após a inclusão dos termos convidados e convidadas e da correção do nome do conselheiro Fábio Lemes. A seguir, foram colocadas em apreciação as **PORTARIAS AD REFERENDUM N°s 333** (alteração do calendário letivo do Câmpus Passo Fundo), **334** (aprovação do 8º semestre do Curso de Pedagogia – Edital 2021/1), **335** (aprovação do 4º semestre do Curso de Pedagogia – Edital 2023/2), **337** (POV 2026 referente aos cursos de educação profissional de nível médio), **338** (POV 2026 referente aos cursos de educação profissional superior de graduação). Não havendo considerações, as referidas Portarias foram **homologadas** por unanimidade. O presidente solicitou alteração na ordem de apresentação das pautas, aceita. Assim a servidora Cecília Boanova, presidente da Comissão, apresentou a proposta de **ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DA COMISSÃO DE ÉTICA**. Explicou que o Reitor recebeu Ofício da Procuradora da República instruindo processo administrativo sobre o prazo máximo para instauração dos processos de procedimento preliminar e de apuração ética, com a orientação de que esses prazos deveriam constar na Resolução Consup 595, de 27 de março. A Comissão respondeu à Procuradora, com o compromisso de incluir os dados em nova Resolução. A presidente leu os cinco artigos que, aprovados, deverão ser inseridos no Capítulo V – Do Rito Processual, a partir do art.23, em atendimento ao Ministério Público. Conselheiro Miguel Dinis considera 2 anos um prazo muito longo. A presidente explicou que esse é o prazo máximo, mas que a Comissão tem por regra, quando a situação envolve alunos, abrir o processo quase que imediatamente, deixando para segunda ordem os que envolvem servidores. Disse haver atualmente 77 processos em andamento. Explicou que todas as Comissões de Ética são compostas por apenas 3 titulares e 3 suplentes, que também exercem suas atividades docentes. Conselheiro Miguel Dinis disse que há cobrança constante tanto de alunos quanto de servidores que estão sofrendo a situação pelo andamento do processo e que a demora passa a impressão de nada foi feito. Propôs deixar no texto só o prazo máximo de cinco anos e incluir um artigo informando a prioridade quando há envolvimento de aluno. A presidente explicou que a Comissão oferece uma escuta sensível ao denunciante, que precisa de mais acolhimento no momento de sua denúncia. A Comissão tem procurado fazer o procedimento preliminar em até dois anos. Diretor Executivo Paulo Asconavieta explicou que Comissão de Ética, Correição e Ouvidoria estão vinculadas a sua Diretoria. Feito levantamento de todos os processos e realizadas reuniões semanais com a Comissão de Ética para estar a par das situações. Reconhece a necessidade de reforço da Comissão, com um quadro permanente. Explicou que os suplentes foram chamados para ajudar nos processos represados. Está trabalhando para aproximar a Comissão das gestões dos câmpus e reitoria. Conselheira Cristina Rodrigues propôs assessoria

externa para dar início a processos em casos de assédio, por ser neutra e não conhecer os envolvidos. Diretor Paulo Asconavieta não tem resposta, no momento, para essa possibilidade. Atendendo à legislação, temos uma Ouvidora, Paula Aldrighi, TAE que não faz parte da gestão e é totalmente independente. Esclareceu que os processos são recebidos exclusivamente pelo fala.br. Auditor Henrique Maia explicou que a auditora teve seu nome submetido à CGU; fez quatro qualificações para habilitar seu nome e deve fazer mais seis para receber o título de ouvidora institucional. Todos os processos estão sendo cadastrados no E-Pad. Sugerido para a Comissão de Ética ter níveis de gravidade e prioridade das denúncias. Reconhece que todos os gestores devem fazer mediações. Presidente da Comissão respondeu que já existe planilha com prioridades. Conselheiro Leonardo Soares sugere divulgação da cadeia de como ocorrem efetivamente os prazos. Presidente da comissão explicou que denúncias podem ser feitas diretamente à Comissão, por agendamento. Salientou a importância de as denúncias terem materialidade. Conselheiro Fábio Lemes considera importante fazer trabalho educativo com os servidores, que não estão preparados para os novos tempos. Conselheiro Francisco Brongar defendeu a volta dos cursos de introdução funcional, para que os novos servidores tenham conhecimento do Instituto como um todo. Conselheiro Raul Filho informou que agora existe a obrigatoriedade de curso de formação, vinculado à ENAP, que vai integrar o estágio probatório. Findas as discussões, o presidente colocou em votação a proposta de inclusão dos Arts. **23 a 27 no Capítulo V** – Do Rito Processual, que foi aprovada por **unanimidade**. Retornando após pausa para almoço, houve a apresentação na nova Procuradora, Dra. Carmem. A seguir, a Pró-reitora Fabíola Pereira falou sobre a **ATUALIZAÇÃO DOS PPCS TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA** - Subsequente – Câmpus Pelotas-Visconde da Graça, **TÉCNICO EM COMÉRCIO** - Integrado - Câmpus Venâncio Aires, **TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES** - subsequente – Câmpus Passo Fundo, **TÉCNICO EM INFORMÁTICA PARA INTERNET** - Integrado - Câmpus Gravataí e da reformulação do **PPC TÉCNICO EM QUÍMICA** - Subsequente - Câmpus Pelotas. Não havendo considerações referentes a nenhuma das atualizações propostas nos **PPCs**, foram levados à votação, e aprovados por **unanimidade**. Passou a ser tratada a **ADEQUAÇÃO DO SUAP COM O EDITAL DO PROCESSO SELETIVO**. Conselheiro José Vitor Silva manifestou preocupação, tendo em vista terem ocorrido mudanças no edital do processo seletivo, que precisam ser apropriadas pelo Suap, evitando a ocorrência de problemas no período que envolve o vestibular e para que as matrículas sejam feitas da melhor maneira. Pró-reitora Fabíola Pereira explicou que, a partir deste edital, candidato que não comprova cota volta para a universal. Diretor Celso Vieira explicou que CSRA junto com DTI promoveram capacitação para servidores dos Registros Acadêmicos, e que o sistema está adequado por serem questões legais. Se servidores do câmpus não fizeram a capacitação, devem fazê-la. Dúvidas devem ser tratadas diretamente com a DTI. Conselheiro Moisés Beck pontuou a importância da **INCLUSÃO DE QUESTÕES DA NATUREZA NO VESTIBULAR**. Destacou que vários cursos técnicos integrados abordam essa área em seus currículos, então deveriam ser incluídas no vestibular. Conselheiros Leonardo Soares e Felix Afonso defendem definir qual público o Instituto pretende atender; necessidade de se organizar para discutir e repensar o vestibular, pensando em 2027. Pró-reitora Fabíola Pereira sugere criar GT para dar start no processo seletivo, com representantes de todos os câmpus. (trecho sem som). Também pauta do Conselheiro Moisés Beck, a **OPÇÃO POR ESCOLHA DE TURNO NO MOMENTO DA MATRÍCULA**. (sem som) Pró-reitora Fabíola Pereira defendeu plano com seis ações, objetivando trabalho articulado com os câmpus na análise e acompanhamento dos indicadores da relação candidato/vaga. PROEN e DES têm intenção de encaminhar as prévias do processo seletivo; diretores têm se empenhado significativamente na divulgação. Conselheiro Lucas Vanini manifesta intenção de, encerrado processo, encaminhar para cursos técnicos da mesma área, candidatos que não foram aprovados no superior. Conselheiro Moisés Beck disse que os cotistas não afetam as diversidades das turmas, o que pode acontecer é haver turmas mais fortes e outras mais fracas. Presidente salientou a necessidade de análise de cursos concomitantes, cursos com um formando e três inscritos no processo seletivo. O assunto deve ser incluído na discussão do GT que vai tratar do processo seletivo. Foi abordado o

REGULAMENTO DA ATIVIDADE DOCENTE - RAD, em resposta ao tratado na reunião anterior. A Vice-reitora entrou em contato com a servidora Tamara Baggio, que fez parte da comissão e encaminhou o documento que estava em construção. Considerando mudanças no período, ficou acertada a criação de nova comissão, que não deve ignorar o que já foi feito. Comissão deve ter participação das Pró-reitorias de Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão de Pessoas. Solicitada a indicação de, no mínimo, mais quatro servidores. Servidora Tamara Baggio disponibilizou-se. Estabelecer data limite para a Comissão apresentar parte do trabalho. Esta relatou ter havido pouco avanço no trabalho. Vice-reitora destacou que o maior avanço está no que é pontuado como atividade docente. Na minuta de 2025, consta ensino, pesquisa, extensão, inovação, internacionalização, gestão, representação institucional e sindical e formação continuada. Servidora Tamara Baggio explicou que a Comissão começou a trabalhar em 2017, com representação de todos os câmpus, discutindo bastante a delimitação das atividades docentes. Explicou que a Portaria 983, que foi revogada em 2024, priorizava unicamente ensino. Há minuta de 2019, que necessita de muitos ajustes e discussão com a comunidade, tendo em vista o acrescentado na Portaria 750. Conselheiro Fábio Lemes propôs representação da reitoria, dos câmpus, da base e suplente. Conselheiro Félix Afonso sugeriu 2 docentes e lembrou que o representante tem que ser a voz do câmpus e também a importância de focar na metodologia que vai trabalhar. Conselheira Maristani Spannenberg defendeu a participação de representante da CPPD e lembrou que o RAD precisa conversar com o processo de progressão docente. Definido que a comissão será constituída pelos Pró-reitores, um representante de cada câmpus, CPPD, a servidora Tamara Biaggio, um representante do Sinasefe, um representante da Câmara Ensino, um representante do Codir. Vice-reitora encaminhará memorando solicitando indicação dos representantes dos câmpus. Até março deverá ter algum documento produzido. A seguir, o Pró-reitor Ramão Correa abordou o **REGULAMENTO DE REMOÇÃO INTERNA**. Conselheiro Félix Afonso mencionou alterações ocorridas no Regulamento, em 2024, como no Art. 6º, onde são estabelecidos os critérios de ranqueamento e no Art. 13, referente a tempo de redistribuição para o IFSul. Questionou se houve obrigações legais para tais alterações. Pró-reitor Ramão Correa lembrou que Instrução Normativa é prerrogativa do Reitor, que pode ou não comunicar à comunidade. Entende que não havendo o Inciso 1º do Art. 6º, o servidor com mais tempo de casa estaria sempre à frente dos demais. Conselho deverá definir a manutenção ou não do Inciso. Pró-reitor Marcelo Bender pontuou que a modificação foi causada por um TAC com o MP e qualquer proposta de alteração precisa ser submetida a ele. Conselheiro Marcos Betemps sugeriu que, em próxima reunião, a PROGEP traga o fundamento para avaliação e discussão de como aprimorar o que já foi aprovado. Conselheiro Raul Filho explicou a existência de IN bem estruturada, com alguns aspectos exclusivos de cunho da gestão. Pró-reitor Ramão Correa pontuou que a questão central posta foi o critério incluído no Art. 6º e é o que ser definido pelo Conselho. Concurso em aberto tem precedência em relação às remoções. Conselheiro Raul Filho salientou que ritos foram cumpridos. Conversando com a gestão anterior houve referência a ajustes por reclamações no CODIR sobre movimentações nos câmpus sem a devida permanência, e que foi incluída no Art. 6º. Esclarecido, sobre o pedágio de três meses, ser o tempo que um servidor removido para um câmpus deve permanecer neste câmpus antes de se inscrever para outra remoção. Presidente pediu à PROGEP avaliação do pedido do conselheiro, vendo até que ponto afeta o TAC, antes de tomar nova decisão. Conselheiro Diego considera manter a antiguidade na instituição e definir pedágio maior para todos, inclusive para novos servidores. Conselheiro Miguel Dinis que a flexibilidade gera fragilidades e problemas para os câmpus menores. Conselheira Ana Geller propôs que o prazo em meses fosse substituído por semestre ou ano letivo, visando não prejudicar as atividades afins. Conselheiro Marcos Betemps pontuou que a competência do Conselho é aprovar ou não documentos, não a de criar critérios e lembrou que não se pode deixar de cumprir o que foi aprovado pelo Conselho. Destacado que propostas feitas no Consup devem ser sempre levadas para discussão nas comunidades. Presidente sugere rediscutir o Regramento de Remoções e atualizar algumas questões. Servidora Angélica Schwalbe, presidente da Comissão, abordou o **REGIMENTO INTERNO DA**

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS – CPAD, reconstituída este ano. Esclareceu que a Lei 8159/1991 dispunha sobre a política nacional dos arquivos públicos e privados e explicou o que ela determina e que vale tanto para documentos físicos quanto digitais. Informou ser representante do IFSul no Sistema de Gestão de Arquivos no MEC – SIGAMEC. Última composição da CPAD foi em junho 2025. Apresentou o regimento interno da CPAD, elaborado a partir de recomendação nº 6 do CONAR, vinculado ao Arquivo Nacional. Para as IFES já foi aprovado plano para as atividades fim. Intenção de capacitar comissão. Conselheira Cristina Rodrigues perguntou se foi pensada alguma coisa para uso do GSuite ou se vai ser tudo pelo SIGA institucional. Servidora Angélica Schwalbe explicou que o SIGA é um serviço de gestão de arquivos, mas não é informatizado. Precisamos usar o SUAP. Será necessário fazer diagnóstico dos documentos físicos e digitais nos câmpus e reitoria. Conselheiro Osni Rodrigues considerou muito curto o prazo para convocação de reuniões extraordinárias (Art. 4º Inciso 2º). Reunião em Brasília, em novembro, de todos os representantes do SIGA. Sobre trabalhos de alunos, provas, inclusive do estágio obrigatório, se não lhes forem devolvidos após o registro das notas, deverão ser guardados por um ano e passar pela comissão de avaliação de documentos. Explicou todos os passos do procedimento para a eliminação desses documentos. Conselheiro Rafael Silva sugeriu um tutorial aproximando com as pró-reitorias para implementar o tratamento adequado dos documentos. Presidente considerou a possibilidade de contratar uma empresa para realizar o trabalho. Colocado em votação, o Regimento foi **aprovado** por unanimidade. Pró-reitor Ramão Correa abordou o **EDITAL DE FLUXO CONTÍNUO PARA AFASTAMENTO TAE**. Explicou que na reunião anterior foi demandado para a DETE um comparativo sobre as diferenças que acarretaria um edital de fluxo contínuo. Hoje afastamento TAE é por edital semestral e a proposta é mudar para fluxo contínuo, equiparando aos docentes. O Pró-reitor pontuou que são carreiras diferentes, e que, em relação a docentes, existe banco de substitutos e, quando um docente se afasta, gera um código de vaga de substituto. Existem critérios para definir quem será o primeiro a se afastar. Alterando para fluxo contínuo, os critérios não existirão e o afastamento será para o que primeiro apresentar seu projeto. Conselheiro Marcos Betemps salientou que para que seja feita a modificação no afastamento, nova regulamentação deverá ser aprovada pelo Conselho. Conselheiro Raul Filho defende a manutenção do edital de afastamento TAE como está, valorizando o engajamento do servidor. Conselheiro Marcos Betemps pontuou que as datas definidas pelos programas de pós-graduação são dificultadores e defendeu mais flexibilidade das datas de inscrição nos programas. Buscar a forma mais efetiva de facilitar o afastamento dos TAEs, que no futuro vai trazer novo panorama para a instituição, com grande parte dos técnicos com qualificação. Conselheiro Raul Filho explicou que uma diferença significativa se refere às vagas ofertadas: número ofertado em janeiro permanece o mesmo até julho. Alteração na forma implica levantamento mensal das vagas, que o Diretor precisará indicar. Ratificou a defesa pela manutenção do modelo atual. Presidente sugeriu ampliar a janela de inscrições durante o ano, três em vez de duas. Conselheiro Francisco Brongar explicou que o Sinasefe pediu reuniões com a atual gestão, desde sua posse; foram marcadas, mas não realizadas e a pauta de hoje, **CÔMPUTO DE INTERSTÍCIOS APÓS ACELERAÇÃO DE PROMOÇÃO**, seria tratada naquela reunião. Explicou que até a alteração do plano de carreira pela Lei 15.141, havia o ingresso no nível 1 da classe D1; cumpridos 24 meses havia avaliação de desempenho; concluído o estágio probatório, se o docente fosse Especialista iria para D2-1; Mestre ou Doutor iria para D3-1. De acordo com a Lei anterior, havia avaliação de desempenho e aceleração da promoção. Cumprindo o estágio probatório na 2D-1 poderia pedir aceleração para D3.1. Assim, interrompia o interstício e começava a contar dois anos. Houve prejuízo para os docentes. Solicita o reconhecimento e o cômputo (conforme pedido administrativo encaminhado em julho à gestão) do exercício compreendido entre a primeira conversão por mérito e a aceleração de promoção, para fins de progressão subsequente. Busca a retificação das fichas funcionais dos docentes atingidos e o reposicionamento correto na carreira, bem como a correspondente recuperação financeira, compensando eventuais valores já percebidos. Presidente informou que o assunto

foi tratado nas duas últimas reuniões do Conif. Com as alterações havidas na carreira, o prazo conta a partir do anterior, não deste novo avanço, gerando uma diferença de um ano. Institutos, ao longo dos anos, foram alterando os critérios adotados. Em 2025, foi buscada uniformização do entendimento. Foi feita consulta para AGU e SIPEC/MEC. AGU emitiu parecer contrário. Os órgãos setorial e central do SIPEC definiram negativamente. Deliberado que reitor que ordenasse o pagamento receberia voz de prisão. A partir de trabalho do CONIF, que encaminhou documento para o órgão setorial e aguarda decisão, podem haver três possibilidades: pagar, para igualar carreiras; não pagar para ninguém; igualar os servidores na carreira, mas com o não pagamento na próxima para igualar com os que estão atrasados. Assim, o melhor caminho para resolver a discrepância é a judicialização. Conselheiro Francisco Brongar disse que, se o pleito não tiver acolhimento, será acionado o setor jurídico do Sinasefe para propor ação. Respondendo ao conselheiro Moisés Beck, o conselheiro Francisco Brongar disse não ter como garantir se o pagamento será dos últimos cinco anos ou mais, depende do juiz. O assunto seguinte foi a **CRIAÇÃO DA COMISSÃO INTERNA DE SUPERVISÃO DO PLANO DE CARREIRA DOS TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS – CIS**. Conselheiro Francisco Brongar explicou que a Lei 11.091 instituiu o plano de carreira dos TAEs e posteriormente criou a CIS, que não temos desde 2008. Lembrou que uma das conquistas da greve de 2024 foi o RSC, que demandará trabalho de avaliação. A proposta é criar comissão, com prazo de 30 dias para fazer o regimento; chamar reunião extraordinária do CONSUP para sua aprovação e então deflagrar o processo de eleição dos membros da CIS. Pró-reitor Ramão Correa salientou que a PROGEP já estava articulada para reativar a CIS. Salientou haver regimento em vigor, aprovado pela Resolução 38/2007; também tem norma do processo eleitoral e a Portaria 746/2008, que definiu os membros da CIS. Conselho tem que criar comissão para que a CIS seja reativada com a máxima urgência. Conselheiro Osni Rodrigues falou da urgência em atualizar o regulamento para se adequar à realidade do IFSul e atualizar a constituição, pois a temporalidade é dois, três anos; disse que já existe trabalho adiantado em relação ao RSC TAEs. Em dezembro do ano passado foi encaminhada para MGI minuta de projeto de Lei, que optou por não colocar em pauta. Encaminhada também minuta de Decreto, definindo quem seriam os atores do processo de avaliação dos TAEs. Eles passam primeiro por comissão de implantação, com 180 dias para analisar as RSC iniciais. Depois haveria a comissão permanente, composta por membros da CIS e representante da gestão de pessoas. Ratificou a necessidade de constituir comissão especial para atualizar o regulamento da CIS. Inscritos para a comissão os conselheiros Osni Rodrigues, Daniela Lisboa, Marcos Prietto, Mônica Neves, Raul Filho, Fernanda Camillo, representante sindical a ser indicada. Dando continuidade, entraram em apreciação a **ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO – CaVG** (aproveitamento das disciplinas), **SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DA ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO: A PESQUISA COMO PRINCÍPIO PEDAGÓGICO** – Câmpus Venâncio Aires (evidenciada falta de alunos após várias ofertas, curso será reavaliado e terá nova versão), **EXTINÇÃO DA ESPECIALIZAÇÃO EM PRÁTICAS DE ENSINO – EDUCAR PELA PESQUISA** – Câmpus Camaquã (demanda exaurida após a pandemia) e **ATUALIZAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO ESPECIALIZAÇÃO EM MANUFATURA AVANÇADA** – Câmpus Sapucaia do Sul (era oferta em Rede e agora só ofertada pelo câmpus); também **PORTARIA IFSUL AD REFERENDUM 342** – que aprovou o Projeto Pedagógico e o Regulamento do Curso Superior de Especialização em Linguagens Verbo-visuais e Tecnologias do Câmpus Pelotas. Não havendo considerações, as pautas da Propesp foram levadas à votação e **aprovadas**, bem como a portaria *ad referendum* foi **homologada**, por unanimidade. A pauta referente à **LIBERAÇÃO DE LICENÇA PARA COMPRAS DE REAGENTES QUÍMICOS CONTROLADOS PELA POLÍCIA FEDERAL** foi retirada por já ter sido solucionada anteriormente com a Propesp. Sobre as **VAGAS TAES**, o pró-reitor Ramão Correa explicou o aumento do banco docente com 50 vagas, cujos códigos serão recebidos em novembro; liberação de vagas para TAES é mais complexa, não houve qualquer sinalização, depende do PL que precisa ser aprovado. Foi informado de que, para atender os novos câmpus, precisamos nos assegurar com o que temos hoje. As FCCs virão no mesmo pacote, e as novas

vagas virão no formato do acordo de greve: nível médio e superior. Conselheiro Osni Rodrigues disse ter havido reunião do GT Cargos com o MEC dia 9 e foi considerado desrespeitoso o relatório do MGI, por não considerar as competências específicas e particularidades dos TAEs. O GT irá responder ao MGI. Foi apresentada a necessidade de **REGULAMENTAÇÃO DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO IFSUL**. Conselheiro João Brezolin sugeriu a criação de um documento norteador que possa regulamentar o uso dessas tecnologias na produção acadêmica, como já existe em outras instituições federais. Pró-reitor Marcelo Bender disse que a PROPESP foi auditada e recebeu recomendação para que, juntamente com a PROEN, institua instrumento normativo ou de orientação, como cartilha, manual ou regulamento sobre ética em pesquisa e publicações e autenticidade dos trabalhos acadêmicos, na perspectiva do plágio, autoplágio no uso da inteligência artificial. Está sendo construindo o caminho para fazer essa avaliação. Soube, na SETEC, que existe um órgão que trata de questões de governança, ligadas à gestão do conhecimento e está criando um documento formativo, com consulta pública sobre IA na educação. Será o primeiro documento norteador, não só para resolução de problemas, mas também para manutenção da ética, até onde se pode ir, o que se pode fazer. Como encaminhamento disse que já estamos envolvidos na problemática e no início de 2026, serão criados GTs, discussões sobre o tema, uma série de momentos de discussão, chegando ao final do ano com algo tangível, também para atender a CGU. Vice-reitora disse que algumas bibliotecas estão trabalhando nisso, com regulamentos bem simples. Pró-reitor Ramão Correa informou que na Semana da Administração haverá capacitação em IA. Pró-reitor Marcelo Bender vê criação de um curso *stricto sensu* que tenha como linha de pesquisa a IA. Finalizando a pauta, conselheiro João Brezolin falou sobre a **REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA QUALQUER AMPLIAÇÃO FÍSICA NOS CÂMPUS**. Explicou ser demanda dos docentes da área de engenharia civil, que gostariam que houvesse audiência sobre os projetos de edificações para os câmpus, para que eles possam contribuir com os projetos. Conselheiro Leonardo Soares não concorda com audiência pública, mas sim em ouvir os colegas. Conselheiro Fábio Lemes considera que a DPO pode ajudar a criar um “plano diretor” para ampliação dos câmpus. Conselheira Maristani Spannenberg salientou que algumas decisões fim restritas à DPO e servidores gostariam de contribuir, saber o que está sendo planejado. Presidente destacou que a DPO tem tido contato com os diretores, que a transparência com todo o câmpus é importante, mas às vezes, as questões demandam muita celeridade, o que dificulta um pouco essa comunicação; que os diretores podem repassar as informações aos servidores. Câmpus Charqueadas tem Plano de Desenvolvimento Físico, bastante detalhado, com previsão de tudo o que será construído. Diretor Daniel Martell disse que a DPO tem o Plano de alguns câmpus O PDF seria ideal, a participação dos profissionais é importante e que a DPO precisa de ajuda. Salientou que é necessário definir os critérios de pontuação para prioridade das obras, tem poucos servidores para projetar. Nada mais havendo a tratar, eu, Stela Marina Nunes de Castro, digitei a presente Ata, que após apreciada e aprovada pelos/as conselheiros/as será publicizada.